

Salomão Mufarrej Hage (Org.)

**EDUCAÇÃO DO CAMPO NA AMAZÔNIA:
Retratos de realidade das escolas multisseriadas no Pará.**

1ª edição

BELÉM
Gráfica e Editora Gutemberg Ltda.
2005

Educação na Amazônia: Identificando singularidades e suas implicações para a construção de propostas e políticas educativas e curriculares

Salomão Mufarrej Hage⁵

Com o propósito de apresentar indicadores que possam contribuir para a elaboração de propostas educativas e curriculares de nosso próprio lugar, afirmando as identidades culturais próprias de nossa região, iniciamos nossa reflexão ressaltando que a Amazônia apresenta como uma de suas características fundamentais a “heterogeneidade”, que se expressa de forma bastante significativa no cotidiano da vida, do trabalho e das relações sociais, culturais e educacionais dos sujeitos que nela habitam, heterogeneidade essa, que deve ser valorizada e incorporada nos processos e espaços de elaboração e implementação de políticas e propostas educacionais para a região.

Em face dos limites de alcance da pesquisa realizada, destacamos nesse artigo somente alguns dos traços mais marcantes da heterogeneidade amazônica, focalizando aspectos relacionados ao campo produtivo, ambiental e sócio-cultural da região.

No que concerne às peculiaridades inerentes ao campo produtivo, a Amazônia apresenta uma estrutura muito peculiar, com elevado grau de complexidade, muito diferente de outras regiões do país, uma vez que convivem em um mesmo espaço, de forma contraditória e conflitual, economias extrativistas tradicionais, com processos de trabalho de tecnologias simples e atividades industriais e grandes empreendimentos que usam modernas tecnologias.⁶ Toda essa complexidade se materializa de forma muito diversa, em que por um lado, temos a existência do agronegócio, com a soja em franca expansão em direção à floresta; as

⁵ Doutor em Educação (Currículo) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2000). Realizou Doutorado Sanduiche na Universidade de Wisconsin-Madison, sob a orientação do Prof. Dr. Michael W. Apple, com o apoio da CAPES/ Comissão Fulbright (1998-1999). Professor do Centro de Educação da Universidade Federal do Pará, coordenador do GEPERUAZ e integrante da coordenação do Programa EducAmazônia.

⁶ CASTRO, M. da C. A., 2002.

grandes fazendas que praticam a pecuária extensiva na criação de bovinos e bubalinos; a exploração madeireira do Mogno, Angelim, Ipê, Jatobá, Cupiúba. Maçaranduba, Andiroba, etc; e as atividades de garimpo do ouro e diamantes.

Nessa mesma perspectiva, temos ainda os Grandes Projetos, entre os quais incluem-se: o Projeto Manganês, o Projeto Jarí, o Programa Grande Carajás – Projeto Ferro Carajás, Projeto Trombetas, Projeto ALBRÁS–ALUNORTE, Projeto ALUMAR e a Usina Hidrelétrica de Tucuruí; temos o extrativismo vegetal da borracha, da castanha, do açaí, do urucum, etc; a produção agrícola da mandioca, cacau, guaraná, juta, pimenta do reino, coco, etc; e a produção industrial envolvendo o Pólo Industrial e a Zona Franca de Manaus e indústrias diversas de óleos, sorvetes, fósforos, bebidas, papel e papelão, cimento, móveis compensados, laminados e lambris, olarias, processamento de leite, indústria farmacêutica e de perfumaria; incluindo também a pesca artesanal e empresarial.⁷

Por outro lado, Temos a agricultura familiar com um contingente de 750 mil pequenos agricultores, que no cultivo da “roça” envolvem todos os componentes da família, incluindo os idosos e as crianças pequenas, na garantia da subsistência. Esse segmento representa 85,4% do total de estabelecimentos rurais da região, os quais ocupam 37,5% do total da área regional, produzindo 58,3% do valor bruto da produção agropecuária na região, ao mesmo tempo em que recebe somente 38,6% do financiamento aplicado na região, tomando como referência a safra do ano 1995/96.⁸

Com relação às especificidades ambientais, a Amazônia possui a mais rica biodiversidade do planeta com aproximadamente 30 milhões de espécies animais e vegetais, onde se destacam plantas medicinais, aromáticas, alimentícias, corantes, oleaginosas e fibrosas. A região representa aproximadamente 61% do território nacional e possui a maior

⁷ MONTEIRO, Alcidema et. all, 1997.

⁸ MDA. 2002.

área preservada de floresta tropical do planeta, com 250 milhões de hectares de floresta onde estão estocadas aproximadamente 14 bilhões de m³ de madeira comercializável. Em apenas um hectare de floresta podemos encontrar de 100 a 300 espécies diferentes de árvores.⁹

A heterogeneidade da região também se faz notar pela complexidade de seu ecossistema que inclui ecossistemas florestais, com floresta de terra firme, floresta de várzea e floresta de igapó; e ecossistemas não-florestais com cerrados, campos e vegetação litorânea.

Quanto à composição dos solos da Amazônia, temos a terra firme (98%) e a várzea (rica em sedimentos, que cobrem 2% da bacia amazônica). Não há como ignorar, contudo, que 78% dos solos da terra firme da Amazônia são ácidos e de baixa fertilidade natural, encontrando-se sujeitos à erosão ocasionada pelas chuvas, sendo que a vegetação é que protege e alimenta os solos amazônicos.¹⁰

A região possui ainda, o maior reservatório de água doce existente na terra, com uma extensão de 4,8 milhões de Km², que representam cerca de 17% de toda a água líquida e 70% da água doce do planeta. A grande maioria dos rios amazônicos é navegável, são vinte mil quilômetros de via fluvial que pode servir ao transporte em qualquer época do ano. Esses rios são diferentes entre si, uns são de “águas brancas”, outros de “águas pretas” e outros de “águas claras”, e em conjunto, abrigam cerca de 1.700 espécies de peixes.¹¹

Quando focalizamos as singularidades no campo sócio-cultural, identificamos que a Amazônia é marcada por uma ampla sócio-diversidade, composta por populações que vivem no espaço urbano (62%) e no

⁹ As raízes das árvores são pouco profundas. A alimentação que recebem vem de uma espécie de tapete composto por galhos secos, frutos, folhas e animais mortos, que constituem o húmus. É justamente esse húmus que possibilita o processo de reciclagem de material orgânico no qual tudo o que cai sobre no solo é reaproveitado, sem desperdícios. Disponível em: <http://www.amazonlife/conteudo>, acesso em setembro de 2004.

¹⁰ MONTEIRO, Alcides et. Al, 1997.

¹¹ Disponível em: <http://www.amazonlife/conteudo>, acesso em setembro de 2004.

espaço rural (38%)¹². Ao todo são 19 milhões de pessoas, 12% da população brasileira, que vivem num elevado número de povoados, pequenas e médias cidades e algumas metrópoles, que de um modo geral possuem poucas condições para atender as populações que as habitam, seja porque não possuem uma estrutura produtiva consistente capaz de garantir oportunidades de emprego e renda para toda a população, seja pela ausência de infra-estrutura suficiente e adequada.

Entre os habitantes da Região encontramos povos indígenas, caboclos, quilombolas, pescadores, camponeses, ribeirinhos, povos da floresta, sem terra, assentados, pequenos agricultores, imigrantes e colonos, oriundos, especialmente, das regiões nordeste e do centro-sul do país, entre outras.

A população indígena da Amazônia é estimada em 226 mil habitantes, sendo que ainda há cinquenta grupos de índios que não foram contatados; e em toda a Amazônia o número de idiomas chega a 250, enquanto que no trecho brasileiro da mata, sobrevivem 140 línguas.

A formação das identidades culturais da Amazônia é muito complexa, pois aos saberes, valores e modos de vida indígenas, inicialmente predominantes na região, foram sendo impostos outros padrões de referências advindos de seus colonizadores e povoadores, entre os quais destacam-se: portugueses, espanhóis, franceses, holandeses, ingleses e norte-americanos, as populações africanas que vieram como escravos, as populações asiáticas e japonesas, os judeus e sírios-libaneses, e os imigrantes nordestinos e de outras regiões brasileiras.

Tomando como referência os estudos do sociólogo Samuel Isaac Benchimol (1985)¹³, destacamos a seguir, um conjunto de informações, que de forma resumida, nos dão uma mostra das contribuições dos vári-

¹²José Eli da Veiga (2003) tem problematizado a definição dos percentuais de população urbana e rural apresentados oficialmente. Em suas análises ele vem questionando grandes centros de pesquisa, como o IBGE e o IPEA, pela utilização de critérios que causam uma “ilusão imposta pela norma legal”, ao caracterizar o rural e o urbano pelo tamanho populacional do município, desprezando critérios como a densidade demográfica e a localização. Em seu entendimento, é justamente a caracterização do que é urbano e o que é rural, em função da adoção dos critérios mencionados, que alimenta o disparate segundo o qual o grau de urbanização do Brasil teria atingido 81,2% em 2000.

¹³ Disponível em: www.tropicologia.org.br/conferencia/. Acesso: em setembro de 2004.

os grupos sociais no processo de formação cultural da Amazônia Brasileira e tropical.

As populações indígenas e caboclas desenvolveram as suas matrizes histórico-culturais em íntimo contacto com o ambiente físico, adaptando o seu ciclo de vida às peculiaridades regionais e oportunidades econômicas oferecidas pela floresta, várzea e rio, deles retirando os recursos materiais de sua subsistência, os seus mitos e lendas.

No entanto, no processo de conquista e ocupação da região portuguesas, espanhóis, franceses, ingleses e holandeses transplantaram e difundiram muitos valores e símbolos culturais europeus. Nesse processo, a sociedade nativa amazônica, ao receber o impacto dominante desses valores e sistemas imperiais, aculturou-os, por via de submissão, acomodação, assimilação ou conflito, sobrepondo-os ou integrando-os à sua própria cultura original.

Os povos africanos vieram para a região na condição de escravos para o cultivo da cana-de-açúcar e outras espécies vegetais e tiveram uma contribuição muito expressiva na formação cultural das populações da região, sobretudo no que concerne a danças, culinária, expressões religiosas, entre outras.

Durante o ciclo da borracha, a Amazônia recebeu uma considerável massa humana de imigrantes nordestinos, aqui genericamente conhecidos como “cearenses”, que procediam geralmente das zonas do agreste e do sertão, sendo tangidos pela seca – imigração por fome – ou simplesmente atraídos pelo “apetite” de seringa – imigração por cobiça, fortuna e aventura –, ou simultaneamente por ambos.

Tivemos também a contribuição semítica, em que destacamos a participação ativa dos judeus e sírios-libaneses que imigraram para a Amazônia durante o período do ciclo da borracha e no princípio do século XX. Diferentemente de muitas outras correntes migratórias, esses grupos realizaram uma imigração familiar, fazendo-se acompanhar da mulher, filhos e parentes, em face do caráter gregário e doméstico tanto da vida judaica, milenarmente presa aos valores culturais e religiosos, cen-

tralizados em torno da família e da comunidade; quanto da cultura árabe tradicional do Oriente Médio.

A contribuição norte-americana na formação cultural da Amazônia é mais recente e nem por isso, menos significativa, evidenciando-se sua presença em substituição ao poder e influências declinantes dos países europeus.

Nos últimos cinquenta anos, um grande contingente de asiáticos e, sobretudo japoneses tem se fixado na região, nas várzeas e terra-firme, aportando novas contribuições e inovações para o nosso desenvolvimento: a produção hortigranjeira e avícola, em redor dos grandes centros urbanos da região; as grandes empresas e conglomerados industriais, que foram atraídos para o Distrito Industrial Zona Franca de Manaus; e sua participação no campo da mineração através dos projetos de produção de alumina e alumínio metálico, do projeto Albrás-Alunorte e do projeto Grande Carajás.

Tivemos também uma grande contribuição de grupos provenientes de outras regiões brasileiras, principalmente a partir da implantação de projetos de colonização e assentamento agrícolas, das fazendas de gado, da exploração madeireira, da garimpagem, da construção de barragens e hidrelétricas, de mineração, de construção de rodovias e ferrovias, distritos industriais, etc. Esses projetos têm provocado o deslocamento da fronteira humana, econômica e social do centro-sul em direção à Amazônia.

São paranaenses, gaúchos, catarinenses, paulistas, mineiros, capixabas, goianos e matogrossenses e, ainda, nordestinos, em número superior a 200.000 por ano, que estão migrando para a nossa região em busca de um novo horizonte de vida e oportunidades de trabalho. Muitos deles provêm dos Estados mais desenvolvidos do sudeste e do sul, sobretudo, dos centros e zonas rurais de populações empobrecidas pela substituição do regime de colonato do café pela grande lavoura mecanizada da soja e do trigo, ocasionando o surgimento de uma grande população de trabalhadores volantes e bóias-frias que vêm para a região em

busca da sobrevivência e na esperança de conquistar sua própria terra.

Todas essas particularidades que envolvem os aspectos sócio-culturais, ambientais e produtivos da Amazônia revelam a complexidade e o antagonismo que envolvem relações de poder entre grupos, populações e movimentos sociais presentes na região e mais especificamente no meio rural em torno da disputa pela hegemonia de projetos sociais específicos; de suas identidades culturais próprias; e do uso dos recursos naturais da Região.

Essa riqueza exuberante expressa de forma resumida nas considerações e informações apresentadas nesse artigo sobre a região constituem o material por excelência que deveria estar incluído e referenciar os processos de formulação de políticas e propostas educacionais e curriculares para a região. Essa é uma condição necessária quando nos pautamos pela intencionalidade de valorizar e afirmar as identidades culturais das populações da Amazônia.

Diante de situações existenciais tão diversas que envolvem ecossistemas, biodiversidade, socio-diversidade e tantos outros elementos que compõem o acervo de saberes, experiências, e tecnologias da região, é inadmissível que as políticas e as práticas curriculares vigentes continuem a se perpetuar desconsiderando essas especificidades que constituem as identidades culturais de nossa região.

Infelizmente, o que temos vivenciado em termos de processos de elaboração de políticas e propostas educativas e curriculares para o país e para a região, tem trilhado um caminho inverso ao que está sendo indicado nesse estudo, onde as orientações e recomendações que subjazem as reformas educacionais vigentes têm seus fundamentos na pauta de mecanismos multilaterais de financiamento, que privilegiam perspectivas mercadológicas e desenvolvimentistas globalizantes, desconsiderando ou em outros casos denegrindo a importância e a eficácia dos saberes e experiências oriundas das práticas sociais locais e diversas presentes na sociedade contemporânea.

São essas orientações e recomendações extemporâneas que justifi-

cam o fato de nosso sistema de ensino incorporar muito pouco de toda amplitude que compõe o acervo cultural produzido pelas populações da região nos conteúdos curriculares de ensino e mesmo quando esses saberes e experiências são incorporados, em geral, se apresentam de forma descontextualizada, “esvaziados” da força e significância de sua existência.

De fato, os resultados de assumirmos essas políticas e propostas educacionais e curriculares generalizantes têm sido desastrosos para as populações menos favorecidas, principalmente quando focalizamos a realidade do campo, e nos deparamos com os indicadores educacionais que revelam o nível precário de qualidade de ensino da população no país, na Região Norte e no Estado do Pará, conforme expressam os resultados da pesquisa sobre a realidade das escolas multisseriadas no Estado do Pará, realizada pelo GEPERUAZ e finalizada em 2004, que oportuniza a visualização de um quadro muito preocupante configurador da realidade da educação no meio rural desse estado, é o que passaremos a explicitar a partir esse momento. Na seqüência dos artigos que compõem esse livro, estaremos disponibilizando os aspectos mais significativos resultantes dessa pesquisa.